

ANÁLISE DISCURSIVA NA REVISTA ÉPOCA: O MONOLOGISMO DO DISCURSO EM TORNO DO MEIO AMBIENTE, TECNOLOGIA, TRABALHO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Angela Maria Rubel Fanini¹; Karoline Sarraf de Souza²

Resumo

Neste artigo, analisam-se, em reportagem da revista *Época*, que trata do projeto de lei sobre a revisão do Código Florestal Brasileiro, os discursos que constroem uma arquitetura positiva sobre tal revisão. O discurso autoral agencia elementos composicionais discursivos que formalizam uma perspectiva monológica acerca do projeto de lei. A fundamentação teórica se orienta pelas ideias do círculo bakhtiniano sobre linguagem, dialogismo e monologia, considerações sobre linguagem e poder foucaultianas e estudiosos sobre trabalho e tecnologia.

Palavras-chaves: Análise discursiva; meio ambiente; tecnologia; Jornalismo.

Abstract

This paper analyses the journalist discourse, published in the Brazilian periodic *Epoca* that enables a positive architectonic vision about The Law Project that proposes a revision about The Brazilian Florestal Codice. The authorial discourse assembles discursive compositional elements that build a monologic view about the referred Project. The theoretical background bases on bakhtinian perspective of monology, dialogism and language, the relations between power and language through concepts by Foucault and some ideas about work, technology and natural environment.

Keywords: Discursive analyses; natural environment; technology; Journalism.

1 Apresentação do objeto e considerações sobre linguagem, trabalho e tecnologia

Este estudo visa discutir como se formalizam certas representações discursivas da tecnologia em textos do jornalismo impresso da revista brasileira *Época* em reportagens que tratam de questões ambientais e desenvolvimento material. Foi selecionada uma matéria jornalística, analisando-a do ponto de vista da análise do discurso, sobretudo de fundamentação do Círculo de Bakhtin. Para se discutir a questão da imbricação entre linguagem, trabalho e tecnologia, recorre-se a vários autores que a seguir são apresentados.

A humanidade, desde o princípio de sua existência na Terra, vem desenvolvendo, por meio do conhecimento, técnicas adequadas ao atendimento de suas necessidades materiais, extraindo da natureza o substrato para tal feito. Em certa medida, exerce sobre

¹ Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR -Campus Curitiba, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ, atua também nos cursos de Comunicação e Letras, área Letras e Humanas; e-mail: rubel@utfpr.edu.br.

² Mestra pela Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR -Campus Curitiba; e-mail: karolassiria@hotmail.com.

o meio ambiente determinado controle que lhe permite transformar o seu entorno, produzindo inúmeros aparatos técnicos, industriais e domésticos. Segundo o antropólogo Leroi-Gourhan, (1964), cujo pensamento assenta-se em uma perspectiva estruturalista, o princípio tecno-econômico é uma constante na longa história do homem e de sua luta por sobreviver e transformar o meio ambiente. Tecnologia e trabalho são vocações do homem, fazendo com que esse princípio material o constitua diferente dos outros animais. Nesse decurso, desenvolve também a linguagem, complexificando as relações sociais à medida que passa a representar no meio simbólico o seu trabalho, a sua vida cotidiana, suas conquistas e desejos. Trabalho, tecnologia e linguagem se articulam, tendo-se aí uma perspectiva que evita tanto o materialismo ortodoxo quanto o idealismo, ou seja, não interessa perquirir o que vem antes, se a linguagem ou se o trabalho e a tecnologia. São dimensões do homem que se desenvolvem simultaneamente para a solução de seus problemas reais de sobrevivência, controle e poder. Também Engels (1999) trata de forma semelhante as articulações entre trabalho, tecnologia e linguagem, demonstrando que o trabalho constitui o homem social e este se torna mais complexo com o advento da linguagem, produto das relações sociais concretas e reais. O homem age sobre o meio, associando-se a outros homens e desenvolve uma linguagem nessa luta com o meio. Engels nos fornece a base para aprendermos o papel decisivo do trabalho na constituição do ser social. A passagem do animal ao ser social, assim como a constituição da linguagem, são decorrências diretas do universo do trabalho. Adentrando o século XX, na continuação das ideias de Engels, temos a obra de Lukács (1980) para quem o trabalho é *protoforma da práxis social*, constituindo o homem enquanto ser social. Para esse autor, o trabalho instaura a subjetividade, a liberdade de escolha e a capacidade de planejamento devido à sua teleologia. Lukács reforça essa perspectiva à medida que enfatiza a centralidade do trabalho na constituição do ser social, sem descuidar, no entanto, da linguagem que acompanha esse labor sobre o meio ambiente. O trabalho é protoforma social e a linguagem já é uma etapa mais avançada dessa interação do homem com o entorno e com os outros homens. Esses teóricos destacam a importância do trabalho enquanto atividade instituidora do ser social, mas também enfatizam a relevância da linguagem como instância ontológica. Poderíamos dizer que para esses pensadores, no princípio da história do homem era a ação e não o verbo. Este vem simultaneamente em relação àquele, não lhe sendo anterior. Partindo para o campo mais disciplinar da linguagem, encontramos os teóricos russos Bakhtin e Volochinov (1986), em *Marxismo*

e filosofia da linguagem, que advogam a centralidade da linguagem na constituição do homem. Entretanto, desviam-se de uma posição idealista em que a palavra “cria” a coisa, vinculando a linguagem à realidade concreta dos seres sociais. Para esses autores devem-se buscar as raízes materialistas da linguagem e ver seu funcionamento na interação e no contexto real, dado entre os seres humanos. Para eles, o signo verbal reflete e refrata a realidade. Essa reflexão é dada, no entanto, por inúmeras mediações entre o sujeito e o objeto, a saber, de classe social, etnia, ideologia, faixa etária, nível cultural e as intenções do emissor. A linguagem diz as coisas e de certo modo. Esse modo advém dessas inúmeras mediações que podem deformar, alterar, parodiar, desacreditar a coisa, ou seja, refratá-la. A materialidade do trabalho e da tecnologia adentram o discurso que figuratiza essa materialidade a partir de certa perspectiva que pode assumir diversos vieses, sendo revolucionária, crítica ou conservadora. Nesse estudo também se apregoa a relação orgânica entre linguagem e ação, vendo a linguagem como intervenção, ou seja, a ação discursiva gera alterações na realidade, portanto decorre daí que a linguagem tem poder sobre as coisas. Como assevera Foucault, a linguagem é também uma “violência às coisas”. Também parte daí que a linguagem é exercício de poder. Não há sujeitos isolados que emitem discursos sem instâncias de poder a autorizar ou desautorizar essas falas. O discurso é objeto de desejo e assim sendo, há um ordenamento para ele. Aqui se aproxima da teoria de linguagem e poder de Foucault que afirma “Não se fala sobre qualquer coisa para qualquer audiência e de qualquer lugar.” Há uma ordem do discurso que autoriza alguns e não outros discursos para serem emitidos. Também se acredita na interação entre linguagem e contexto tanto imediato quanto de longa duração. Os sujeitos que falam são historicamente determinados e limitados a essas determinações. O discurso parte de um dado lugar econômico, cultural, político e com certas intenções. Ressalta-se a ideia de que o universo ideológico (os signos linguísticos) é entrelaçado à realidade histórica. Só há significado no meio social. O discurso se dirige a uma réplica e é internamente dialogizado. Também vem de outrem, ou seja, o que se fala, é social, poderia estar entre aspas. Nada é exclusivo do sujeito que fala. O discurso operacionaliza-se voltado para o passado e para o futuro, pois recupera o já dito e se formaliza em virtude do que será dito. É duplamente orientado.

2 Algumas concepções em torno da tecnologia

Este estudo visa analisar as representações discursivas da tecnologia no discurso do jornalismo impresso e, portanto, deve apresentar uma discussão sobre a quantas anda em

solo nacional a discussão sobre as maneiras de ver e entender a tecnologia. Salientamos, como já referido, que tecnologia e trabalho são ações articuladas. No entanto, a discussão sobre trabalho é bem mais longa, iniciando-se mais sistematicamente no século XIX em decorrência da Revolução Industrial Inglesa e da emergência do trabalhador assalariado urbano fabril. Já a discussão sobre a tecnologia data mais hegemonicamente no século XX, sobretudo pelos filósofos da tecnologia a saber: Marcuse (1979), Macluhan (1969), Habermas (2009) e Heidegger (1977). Para esta análise tomaremos as concepções do professor brasileiro Dagnino que é um leitor desses filósofos e, daí partindo, elabora uma formalização didática sobre as apreensões em torno do fenômeno da tecnologia.

Considerando as relações de interação, desenvolvimento e trabalho entre ciência, tecnologia e sociedade e com o intuito de construir um marco analítico conceitual e proporcionar aos cidadãos visões para a participação nos processos decisórios acerca da tecnologia, o professor e pesquisador Renato Dagnino se propôs a apresentar uma nova proposta com vistas a alterar a orientação dos processos de estudo sobre ciência, tecnologia e sociedade, conforme consta no artigo “Mais além da participação pública na ciência: buscando uma reorientação dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade em Ibero-américa.” Ao ler textos sobre tecnologia, autores e filósofos da tecnologia, dentre eles, Thomas Samuel Kunm, Andrew Feenberg, López Cerezo, Hugh Lacey e Dana Kay Nelkin, citados como referência no artigo em questão, construiu condições para discutir a capacidade científica de inovar enquanto condição suficiente para o desenvolvimento tecnológico de um país, questionando também se esta prática levaria mesmo, o país ao desenvolvimento econômico. Para tanto, entende que a ciência e a tecnologia não podem ser tratadas independentemente, pois ambas estão em constante interação, repercutindo nas atividades sociais, sobretudo as de trabalho, nas quais se manifestam quatro diferentes percepções sobre a tecnociência³: determinista, substantivista, instrumentalista e crítica.

Suas apreciações acerca dos estudos sobre ciência⁴, tecnologia e sociedade se apoiam, fundamentalmente, em dois eixos principais: o da crítica ao modelo político e econômico-social dominante junto com a necessidade de um maior controle social da ciência e da tecnologia e a ideia de construção social da ciência e tecnologia ora

³ O termo tecnociência, segundo Dagnino, deve ser entendido como a relação imprescindível entre ciência e tecnologia. Nessa pesquisa, a terminologia dada à tecnociência como podendo ser instrumental, determinista, substantivista e crítica se voltará, fundamentalmente, para a questão da tecnologia.

⁴ O termo: “Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade” poderá ser encontrado nesse texto pela abreviação segundo a sigla ECTS.

contrastante e divergente, ora relacionável, em certa medida, à interpretação do marxismo tradicional voltada à ciência e tecnologia. É com base nesse parâmetro que reconhece a possibilidade de se admitir ou não que a relação entre ciência e tecnologia possa ser neutra ou condicionada a valores, autônoma ou socialmente controlável, resultando em quatro percepções sobre a tecnologia, com as quais se pretenderá trabalhar nesse estudo, verificando-se segundo tais parâmetros e via análise discursiva, as possíveis representações da mesma, nos discursos jornalísticos selecionados.

Pela análise de Dagnino, o surgimento dessas quatro possibilidades de percepção da tecnociência está nas diferenças entre duas tendências de trabalho consistentes nos Estudos sobre Ciência Tecnologia e Sociedade (ECTSs), em que se pode considerar a tecnologia como neutra ou não e autônoma ou não. Se neutra, pode ser usada para o bem ou mal e está livre de influências econômicas, políticas, sociais e morais. Já a não neutralidade admitiria a influência de tais valores. Se autônoma, entende a tecnologia como capaz de conduzir o homem sempre à verdade e à maximização da eficiência, em que a sociedade estaria submetida ao seu poder de determinação, aceitando os seus impactos e extraíndo destes, o melhor proveito. Já em uma concepção democrática e crítica, considera-se que a sociedade, formada por seus grupos sociais, é capaz de interferir e decidir nos rumos dados à tecnologia, que pode ser planejada, antes de implantada.

Pela concepção determinista, a tecnologia é apresentada como neutra e autônoma, ou seja, não é designada por valores políticos, éticos, sociais e morais. Flui sem ser controlada pelo homem. Ao contrário, é ela que, “utilizando-se do conhecimento do mundo natural, verdadeiro e neutro, molda (e empurra para um futuro cada vez melhor) a sociedade” mediante as exigências que ela mesma estabelece. Sua característica principal é a crença otimista que, em longo prazo, a força produtiva conduzirá inexoravelmente a modos de produção mais perfeitos e harmônicos para a história da espécie (DAGNINO, 2006).

A visão instrumentalista apresenta a tecnologia como neutra e controlável. Nela a tecnologia e a ciência, detentoras de um conhecimento verdadeiro e eficiente para o mundo natural estão a serviço de qualquer projeto. A tecnologia, neste caso, seria um instrumento gerado pelo homem, fluindo por meio de métodos que atribuem à ciência o sinônimo de verdade e à tecnologia o sinônimo de eficiência. Mesmo sem estar condicionada a valores sociais pode ser controlada por um conjunto de princípios éticos

reconhecidos consensual e explicitamente. Por meio de tal discussão ética consensual é que se poderia utilizá-la de maneira aprazível e benéfica à sociedade.

Na visão substantivista, a tecnologia estaria condicionada a valores e seria autônoma. Nesse caso, os meios e os fins seriam determinados pelo sistema e a tecnologia seria autônoma, justamente por incorporar valores do sistema vigente, que no caso da maior parte do mundo ocidental seria o capitalista. Mesmo incorporando valores, não poderia ser utilizada para propósitos diferentes de indivíduos ou sociedade, porque flui por conta própria por ser condicionada aos valores predominantemente econômicos e morais.

Já na concepção da teoria crítica, a tecnologia seria condicionada a valores e controlável. Reconhece o substantivismo, no sentido em que acredita que o capitalismo confere à tecnologia características específicas que geram consequências sociais e ambientais inibidoras à mudança social. Contudo é otimista, pois acredita que seja possível um controle de suas formas e consequências por meio da participação de todos os setores envolvidos em sua criação e acontecimento, internalizando valores na criação, no desenvolvimento e no produto. Não vê a tecnologia como ferramenta, mas como suporte para diferentes estilos de vida. É como se a eficiência fosse a moldura de um quadro e este, por sua vez, os diferentes valores substantivos de um sistema, neste caso, o capitalista.

É baseando-se nos quatro parâmetros de representação da tecnologia apresentados (determinista, substantivista, instrumentalista e crítica) e fundamentando-se na teoria de AD que as análises da reportagem veiculada na revista *Época* serão realizadas.

3 Breve contexto histórico do desenvolvimento industrial ocidental e discursos sobre meio ambiente e soluções tecnológicas

Como já referido, a história do homem é uma história de criação material e imaterial, ou seja, de trabalho, tecnologia e linguagem. Nesse processo, as relações vão se complexificando e constituindo o ser social que se diferencia dos outros animais, controlando e dominando o seu entorno. O processo de industrialização pode ser historicamente caracterizado pelo uso de diferentes tecnologias. Para este estudo focalizaremos somente o contexto da Revolução Industrial até a contemporaneidade de modo muito breve, pois é aí que o impacto sobre a natureza se exacerba e surgem, em decorrência, discursos ambientais cada vez mais presentes. Inicialmente, o século XVIII adentra uma nova era tecnológica por caracterizar-se pelo emprego da energia a vapor

que possibilita a implantação de um complexo de maquinaria na produção de bens manufaturados que são produzidos na Inglaterra, sendo adquiridos por várias nações. Isso gera mudanças drásticas nos demais países que adentram o sistema capitalista de produção, exportação e circulação de bens. Posteriormente, no século XIX, o uso da energia elétrica leva a outras tantas modificações sociais, econômicas e culturais, reforçando-se a sociedade de consumo. Nos séculos XX e XXI, o avanço técnico é representado pela energia nuclear e pelo desenvolvimento da robótica e da informática. As transformações progressivas operadas no campo da vida econômica e tecnológica são notáveis nesses últimos séculos, alterando a relação do homem na família, no trabalho e, sobretudo, com a natureza. Os recursos naturais são cada vez mais demandados para suprir uma sociedade sequiosa pelo consumo de bens materiais. Isso gera um impacto ambiental de enormes proporções. Há já teóricos como Jonas⁵, na obra *Princípio Responsabilidade*, que apregoam a necessidade de se estabelecer uma nova ética para a sociedade tecnológica a fim de preservar a possibilidade de vida futura.

O fenômeno da industrialização ocorrido nessa época desencadeou mudanças nas formas de organização da sociedade. Aos poucos, em determinados setores, as máquinas foram substituindo a mão-de-obra humana, o êxodo rural foi crescendo, repercutindo em um desordenado aumento das cidades e conseqüente intensificação da poluição ambiental. Problemas ambientais como a poluição dos rios e lagos por esgotos domésticos e industriais, a poluição do ar pelas indústrias e pelos sistemas de transporte movidos a combustíveis fósseis, a necessidade de remover e tratar o lixo que crescia com a população, o desmatamento, a degradação de áreas agrícolas, dentre outros, foram intensificados fundamentalmente, a partir desse fenômeno. Atualmente são questões presentes, concretas e que precisam ser pensadas, pois a nova técnica e a sociedade de

⁵ O livro *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica* (1979), escrito por Hans Jonas, um pensador situado entre os campos teológico e filosófico, do início do século XX, que viveu entre o exílio e a perseguição nazista, o que lhe proporcionou amplas reflexões enfoca, fundamentalmente em seu livro a preservação da vida para a garantia de um futuro de qualidade. Sua obra promove um debate ético sobre as questões ligadas à técnica, poder e natureza. Jonas ressalta a necessidade de considerar a vulnerabilidade da natureza e que não se trata apenas de defendê-la, mas de se pensar em ética e direitos próprios para ela. Para ele, a ética antiga se preocupava pouco com a vida das gerações futuras e com o futuro longínquo. As conseqüências das ações ficavam ao critério do acaso. A técnica antiga não impactava o meio ambiente de forma a ameaçá-lo de extinção ou destruição. Já a técnica moderna e decorrência do consumo exacerbado de bens tem um poder muito grande de destruição da natureza. Daí que o homem moderno e atual deve refletir sobre o uso dessa técnica, inclusive desenvolvendo uma nova postura ética sobre o meio ambiente. Jonas examina a possibilidade de propor um novo imperativo categórico para a ética reivindicando, uma ética bio ou cosmocêntrica em lugar da ética antropocêntrica (JONAS, PV, p. 36, 2006).

consumo têm colocado em risco a própria sobrevivência das espécies, inclusive a do homem.

É no século XX, que são observados em maior evidência os questionamentos sobre o modelo industrial, sobretudo na emergência dos discursos ambientalistas que surgem com mais vigor e contam com o apoio dos meios de comunicação, para transmitir à população as informações preponderantes sobre a complexidade da questão ambiental e a sua relação com a economia e a sociedade. Um discurso social só surge quando há também uma base concreta para se articular a ele. Problemas no meio ambiente geram discursos sobre como enfretá-los.

O discurso jornalístico toma força com essa sociedade industrial e consumidora de bens, sendo um importante referencial sobre essa sociedade. Esse discurso tem por objetivo não só documentar a realidade, mas interferir nela. É um discurso de ação. É função do discurso jornalístico comunicar os acontecimentos, formar opinião, denunciar irregularidades e fomentar mudanças sociais. Por isso, em virtude da visibilidade do jornalismo impresso em nossos dias, fez-se relevante analisar o discurso jornalístico de uma reportagem na Revista *Época*, cuja temática centra-se nas articulações ou disjunções entre tecnologia, desenvolvimento e meio ambiente. Salientamos que o jornalismo não é neutro, visto que se enquadra em um determinado editorial político e filosófico do periódico em que se insere.

4 Introdução sobre a Revista *Época*

Por ser a revista *Época* uma das revistas mais lidas no Brasil e por estar vinculada a uma das empresas de comunicação mais influentes no país é que se despertou o interesse em escolhê-la como objeto de onde os discursos, em questão neste estudo, são extraídos.

A história da editora responsável pela veiculação da Revista *Época* inicia-se em 1952, no Rio de Janeiro. A Rio Gráfica Editora, empresa das Organizações Globo, firmase nas duas décadas subsequentes como editora de periódicos e quadrinhos. Dentre as revistas lançadas pela Rio Gráfica Editora estão: *Sítio do Picapau Amarelo* em 1977 e *Globo Rural* em 1985.

Em 27 de agosto de 1986 a Editora Globo de Porto Alegre, fundada pela família Bertaso em 1883 e com reconhecida tradição na publicação de livros, é comprada pelo Rio Gráfica Editora. Passa a editar livros dos autores Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Mario Quintana, Cyro dos Anjos, Hilda Hilst, W. Somerset Maugham, E.M.

Forster e Aldous Huxley e revistas que surgem na seqüência como: *Criativa* em 1989, *Globo Ciência* em 1991 (que em 1998 passaria a se chamar *Galileu*), *Marie Claire* em 1991, *Net* em 1994 (que em 2003 passaria a se chamar *Monet*).

Com a entrada no mercado da revista *Época*, o percentual de exemplares das revistas *Veja* e *IstoÉ*, primeira e segunda colocadas respectivamente, no ranking de revistas mais conhecidas e com maior tiragem no mercado brasileiro, caía. No ano em que foi lançada, 1998, a média nacional de circulação da *Época* representava 16%. Em 1999, *Época* ultrapassa a *IstoÉ*, e aparece em segundo lugar, com uma média de 486.000, enquanto que a *IstoÉ*, com 354.000. (NASCIMENTO, p. 23, 2002).

A *Época* é uma revista estruturada em secções, geralmente apresentadas na segunda folha, antes do Editorial, as quais delimitam os temas por área de conhecimento e organizam a apresentação das informações. São definidas pelos nomes: Nossos Colunistas, Entrevista da Semana, Primeiro Plano, Brasil, Ciência e Tecnologia, Negócios e Carreira, Mundo, Sociedade, Saúde e Bem-Estar, Vida Útil e Mente Aberta. Apresenta também espaço para publicidades, bem como errata e resposta aos leitores que entram em contato com a revista, pela apresentação de críticas, sugestões ou comentários sobre as notícias difundidas.

Em resumo, a *Época* pode ser definida como uma revista de frequência semanal, publicada pela Editora Globo, de circulação nacional, abrangendo a categoria de notícias sobre diversos temas tais como, sociedade, política, economia, ciência, saúde, tecnologia, meio ambiente, entretenimento e cultura.

5 Análise discursiva da matéria

“Proteger menos para preservar mais: lei de florestas atual não evita o desmatamento nem incentiva a produção. O Congresso tem agora o desafio de criar regras menos idealistas, sem liberar a devastação”, de 21 de junho de 2010. Este trecho é parte da matéria foi noticiada no caderno “Brasil Meio Ambiente”, cuja veiculação na revista não apresenta uma regularidade definida. Não foi de destaque em capa, mas preencheu três folhas completas. A reportagem é organizada pela jornalista Aline Ribeiro e apresenta a seguinte problemática: o Código Florestal Brasileiro de 1934, com revisão em 1965, e a sua difícil aplicabilidade no que concerne especialmente na proibição das plantações já existentes ocuparem áreas de proteção como matas ciliares, topos e encostas de morros. A reportagem caracteriza-se pela defesa do projeto de lei do deputado Aldo Rebelo no

que concerne à revisão do Código para proteger a produção agrícola, aumentar a produtividade e retirar os produtores da ilegalidade em que se encontram. Algumas soluções tecnológicas são apresentadas a fim de maximizar a produção.

O cenário inicial da reportagem se encontra nas serras gaúchas em que colonos ali estabelecidos e, plantando em locais tornados ilegais pelo Código, acham-se ameaçados pela legislação. Esse cenário, no entanto, expande-se para o cenário brasileiro agrícola. A jornalista é quem organiza a matéria, respondendo por ela à medida que a assina, sendo, portanto, na visão de Bakhtin, a sua autora, estando a sua presença na escolha de todos os recursos discursivos agenciados para construir a sua opinião. Todo discurso tem uma autoria que seleciona os elementos composicionais e formais que constroem certa visão arquitetônica sobre o objeto. As imagens, as fontes, a disposição do texto nas páginas, a quantidade de texto verbal, os discursos de autoridade ou de tradição chamados para reforçar a tese da jornalista e outros enquadrados negativamente formalizam uma visão de verdade sobre o Código Ambiental, sua revisão e os sujeitos atingidos. Obviamente que diferenciamos a jornalista como pessoa que não interessa a esse texto e sim, focalizaremos a autora-criadora do texto a partir do texto em sua concretude. Aí sim autora-criadora se configura em um universo de signos verbais e não verbais (o texto jornalístico também trabalho com imagens, cores e outros recursos gráficos), instituindo-se como uma realidade discursiva. Nessa reportagem percebe-se que o discurso é monológico, ou seja, não é polifônico, visto que tem um centro organizador cujas ideias são reforçadas a cada passo, deixando espaço diminuto para o contraditório. Doravante, ater-nos-emos na análise dos discursos que compõem a matéria.

5.1 Os sujeitos do discurso na Reportagem

Foram identificados sete sujeitos emissores (o discurso da lei, o do colono, o do legislador, o da jornalista, o das Ongs ambientalistas, o do acadêmico, o dos ruralistas). Cada sujeito traz em seu discurso imediato e concreto formações discursivas que lhe dão credibilidade ou não. Há discursos de cunho nacionalista, outros que recuperam a tradição cultural e histórica de longa duração, outros matizados de xenofobismo e ainda os que advêm da academia e de instituições internacionais de renome. A maioria, no entanto, contribui para organizar a fala da jornalista que é explicitamente a favor da revisão do Código Florestal, formalizando-se, assim, como já referimos, uma visão predominantemente monológica.

5.2 O discurso do colono

Ganham destaque na reportagem dois sujeitos: o colono Olir Schiavenin e o deputado Aldo Rebelo. Ambos são os únicos que tem a sua imagem apresentada. O colono recebe tratamento em destaque de página inteira, sendo mostrado em sua pequena propriedade de produção de uvas na serra gaúcha. A imagem mostra também uma casa simples que se imagina ser de propriedade do mesmo. O colono aparece segurando suas videiras em atitude de apego e afeição ao objeto que produz. Ele tem um nome, conta-se a sua história que remonta a várias gerações, pois a terra foi herdada de seus antepassados. Cria-se uma narrativa para esse sujeito e ela remete à tradição familiar da pequena propriedade da terra de emigrantes alemães no sul do Brasil. Esse sujeito tem uma concretude imagética e narrativa. Isso, com certeza, formaliza uma certa identificação narrativa por parte do receptor da reportagem. Essas estratégias auxiliam a identificação com esse “herói”. Esse sujeito também tem uma fala direta, aspeada e enquadrada de modo positivo pela jornalista. O recurso à fala direta de alguém também confere mais credibilidade a essa fala e também a próxima do leitor dela, estabelecendo certa intimidade entre locutor-interlocutor.

O agricultor em foco é relatado como trabalhador que retira o seu sustento e de sua família da terra pelo cultivo de parreiras, herança recebida dos avôs. O problema dessa atividade está na ilegalidade praticada pela maioria dos colonos. A transgressão à lei se dá pelo fato de suas plantações ocuparem áreas de proteção como matas ciliares, topos e encostas de morros. Pelo discurso da jornalista relatora, o colono já ocupava a região antes mesmo da legislação existir. Aqui, a jornalista apela para a História da região e para a tradição produtiva. Embora esteja na ilegalidade, é quase ininputável uma vez que sempre agiu assim, despreocupado com questões ambientais (“*Schiavenin e seus parceiros do campo estão ali muito antes de a legislação existir (...)*”). Apela ainda para uma questão moral e ética visto que o agricultor afirma, em fala direta, que não tem problema de consciência já que sempre agiu do mesmo modo e nunca foi advertido (“*colocar a cabeça no travesseiro e dormir tranqüilo.*”). O agricultor é apresentado como um sujeito ligado à terra, em cujo local está a essência do seu trabalho. Uma vez que o trabalho esteja no centro da discussão, a incapacidade de realizá-lo a contento causada pelo poder da lei, pode provocar o sentimento de injustiça social, conferindo ao ato de desobediência à lei certa legitimidade ao agricultor, que não se sente culpado, portanto. A argumentação também se expande para o domínio econômico quando se destaca que a

produção do agricultor vai para os supermercados. Sua atividade é enfatizada pela dependência econômica da região e também pelo fato de garantir que pelo menos “170 mil garrafas de vinho preencham as prateleiras dos supermercados”. Aí constrói-se outro cenário, ou seja, não mais da tradição ou da história, mas do mercado e da circulação de bens. O valor já não é só moral, familiar ou histórico, mas material. Na sequência, a matéria mostra que o conflito com a lei não é apenas um problema para os produtores de uva do Rio Grande do Sul, mas preocupa o setor agrícola geral do Brasil, generalizando o problema, ou seja, o Brasil rural se acha na ilegalidade. O discurso aqui atinge o seu objetivo que é a defesa do agricultor em geral e a contestação da lei uma vez que o problema está com todos e a lei os tornará ilegais. O setor produtivo agrícola está na ilegalidade o que gera um problema de dimensão nacional. Aqui, o discurso sai do âmbito narrativo particularizado e chega ao geral, chamando para o texto os ruralistas e grandes fazendeiros. No início tem-se o vocábulo “colono” remetendo à pequena propriedade, agora há os ruralistas. No entanto, para não perder sua narrativa inicial centrada em um colono, a jornalista enfatiza que a lei “prejudica pequenos e grandes”. Porém seu intento se concretiza, ou seja, questiona a vigência do Código e o vê como obstáculo para produção agrícola nacional. O discurso sai do particular, criando identificação e atinge o geral, o grande latifúndio. Essa mecânica discursiva possibilita incluir na história particular, o destino da macro história, ou seja, interliga o sujeito produtor aos ruralistas, articulando uma visão positiva da produção nacional tanto em âmbito local como internacional.

5.3 O discurso do político

O discurso é o do deputado comunista Aldo Rebelo, que representa a ordem da governança com certa capacidade para interferir em situações e mediar interesses. A matéria relata a filiação do deputado ao Partido Comunista. Aqui o discurso é bem cauteloso, pois pela primeira vez usa o vocábulo “latifundiários” para designar os ruralistas. Sabe-se que esse vocábulo adquire, não raras vezes, conotação negativa visto que remete à Reforma Agrária, uso social da terra, MST e lutas fundiárias. A jornalista, no entanto, aspeia o vocábulo, isentando-se de certa autoridade sobre ele. O recurso às aspas a distância, em certa medida, do vocábulo que na história ideológica do país tem sido vinculado a lutas bastante violentas pela terra. A jornalista lembra que comunistas sempre foram inimigos da grande propriedade privada, mas ressalta que o deputado é um

comunista diferente. Utiliza-se, inclusive da conjunção adversativa, “mas” para informar que o deputado está do lado da produção, do desenvolvimento do país e sabe fazer justiça ao grande proprietário, sujeito desse desenvolvimento. Implicitamente faz alusão ao discurso que afirma a insensatez dos comunistas, mas que tem suas exceções, a ser confirmada no projeto fidedigno desenvolvido por um deputado comunista. A matéria faz questão de classificá-lo como um “nacionalista de linguajar erudito, porém com projetos populares”. Lembra os projetos de lei do deputado de banir estrangeirismos na Língua Portuguesa e da implantação do Dia do Saci-Pererê. A opinião do deputado é ressaltada várias vezes na matéria, revelando-se o seu caráter messiânico, salvacionista e nacionalista. Na visão dele, segundo a jornalista, o Brasil precisa aumentar a produção para combater a fome do mundo, mas ONGs estrangeiras pretendem impedir o desenvolvimento da agricultura brasileira. Aqui, o discurso do deputado remete a uma formação discursiva maior, ou seja, o discurso nacionalista, pois da pequena propriedade, passa-se ao mundo e ao planeta. Só o Brasil pode acabar com a fome do mundo, mas o Código Florestal obstaculiza tal caráter messiânico. O vocábulo “estrangeiras” para designar as ONGS, advindo da voz do deputado, também corrobora para a visão negativa das ONGs, contrárias aos interesses nacionais. O deputado também recebe um tratamento imagético. No discurso da imagem aparece de modo iluminado e olhando para um certo horizonte como se fosse um salvacionista, lembrando até figuras hagiográficas. Nota-se que a imagem se localiza no topo direito da página e o deputado olha para cima como se o seu olhar transcendesse o local de onde fala, ou seja, o Brasil, já que sua fala enfatiza o caráter messiânico do Brasil e dos ruralistas cujo fito é acabar com a fome no planeta. O deputado também é apresentado em uma narrativa particularizada para que o receptor da mensagem a ele se identifique em decorrência da sua concretude. É outro herói da narrativa. Aldo Rebelo é redator do projeto que visa revisar o Código Florestal. Ao descrever o projeto do deputado, a jornalista utiliza a expressão “gestado em nove meses”, para identificar a ação de elaboração do projeto a algo como a gestação de um filho. O projeto aí é idealizado, recorrendo-se a uma terminologia que o legitima.

Ao retornar à expressão de opinião do deputado comunista, a jornalista relatora enfoca um estudo publicado pela USP que revela a possibilidade de se dobrar a produção de alimentos em áreas abertas sem ocasionar desastres ecológicos, o qual é defendido pelo deputado, que afirma oferecer algo mais interessante que a lei. O deputado categoriza a lei como defeituosa pelo fato de sua normativa não ter conseguido impedir a ilegalidade

do desmatamento. Aqui, o discurso acadêmico-científico é agregado para legitimar o discurso do deputado cujos matizes são, sobretudo, de ordem ética e moral. O Brasil tem uma missão: alimentar o planeta. A jornalista não enfatiza a questão econômica, mas na fala dos ruralistas isso se concretiza.

5.4 O discurso do pesquisador

Segundo o texto, conciliar os interesses dos agricultores que estão sendo prejudicados sem destruir as florestas é a questão que um dos entrevistados, engenheiro agrônomo e professor da USP, levanta. A lei, para os ruralistas está impedindo o crescimento econômico que precisa atingir a margem de 70% até 2050, segundo a matéria. Pelos cálculos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Brasil estaria perdendo 71 bilhões de reais e 5,7 milhões de empregos a menos no campo.

A jornalista, para ressaltar que o Código Florestal atual é impossível de ser cumprido, apoia-se no discurso do professor e pesquisador que fala de uma universidade renomada e que é membro da Academia Brasileira de Ciências, ou seja, o local de onde emanam os discursos lhes confere o poder que recebem e que este local pode ser uma instituição com autoridade como é o caso da USP. A neutralidade da lei é inexistente, na afirmação do pesquisador da USP Luiz Antonio Martinelli, uma vez que ela prejudica, sobretudo, os pequenos agricultores. O professor é dado como pesquisador e também recebe tratamento diferenciado, pois tem seu nome divulgado e sua fala em discurso direto e enquadrada de modo a valorizá-la. O contexto narrativo da jornalista vai assimilando certas falas e com elas vai construindo sua versão de verdade sobre os fatos. O pesquisador, no entanto, não é apresentado de modo a ter uma narrativa pessoal. O seu discurso não precisa desse amparo visto que a linguagem acadêmico-científica é, de certa maneira, impessoalizada já que se apoia em dados científicos. No entanto, embora o discurso esteja na ordem do âmbito científico, podendo ser proferido por qualquer cientista que tenha a posse dos dados, recebe uma autoria específica, sendo- he dado um sujeito denominado e concreto. O receptor aqui pode, inclusive, se quiser, acessar o currículo do pesquisador para obter mais dados desse sujeito real. Essa estratégia aproxima o pesquisador do leitor, conferindo mais veracidade ao discurso proferido.

5.6 O discurso da Lei

Em relação ao Código Florestal de 1934, modificado em 1965, a jornalista afirma: “Como está hoje é impossível de ser cumprido. Principalmente porque não considera as

peculiaridades das regiões ou o tamanho das fazendas”. Nesse fragmento, observa-se a historicidade dos fatos, relatando que aquilo que era adequado e verdadeiro para uma época, torna-se inadequado em outro tempo, na medida em que as circunstâncias se transformam e os interesses se modificam, conforme Foucault argumenta, defendendo a ideia de que a *vontade de verdade*, ou seja, de se conhecer e aplicar a verdade, é variável de acordo com o período histórico e com as intenções em que é estabelecida. A jornalista vai agregando o discurso do Código, depreciando-o por intermédio de expressões negativas que enfatizam a sua caducidade. Também traz outras vozes, como a do deputado, a dos ruralistas, a do colono e a do pesquisador da USP para desaboná-lo. O Código é adjetivado, hegemonicamente, com vocábulos que o depreciam, fortalecendo a visão monológica da jornalista cuja defesa é de alteração do Código. A construção discursiva da jornalista é dialógica como entende Bakhtin uma vez que se configura sempre como réplica e resposta ao já dito, mas não polifônica, pois há um centro organizador ideológico que se impõe aos demais

5.7 O discurso ambiental

No terceiro parágrafo da matéria, a ação e os discursos de ambientalistas são identificados pela jornalista como “barreiras comerciais entre os países”, porque defendem que menos áreas sejam desmatadas o que implica na redução do crescimento econômico resultante de uma produção agrícola em expansão.

Os argumentos de preservação ambiental das ONGs ambientalistas são categorizados pela jornalista relatora como pertencentes a uma “onda verde globalizada”, os quais, segundo ela, necessitam de revisão justamente por apresentarem projetos que barram o comércio internacional e impedem o crescimento econômico do país.

Atente-se na terminologia “globalizada”, que transmite a ideia de que a presença do discurso ambiental não é apenas local, isto é, no Brasil. Não é “nossa ideia”, mas é internacional. Nesse vocábulo emerge a questão do nacionalismo, ou seja, transparece a ideia de que países desenvolvidos estão, por intermédio do discurso ambientalista, privando o Brasil de crescer economicamente. Isso se acentua quando entra a fala do deputado na qual emerge a questão nacionalista. O termo “onda verde” também é usado para criar uma imagem avassaladora de catástrofe em que a economia nacional é devastada por imposições externas, ou seja, o discurso que parte de certas Ongs. Veja-se que na reportagem não há nenhum sujeito concreto representando as ditas Ongs. Delas

apenas se fala indiretamente e de modo a depreciá-las como antinacionalistas. Diminui-se a possibilidade de o receptor se identificar com o locutor, pois não há sujeito concreto do discurso. A jornalista os cita a partir do discurso indireto, contextualizando-os e matizando-os com sua perspectiva ideológica.

No entanto, embora o discurso jornalístico enfatize a necessidade de se rever a legislação, na sequência, abre espaço para relativizar a questão. A jornalista relatora apresenta a necessidade de preservação da floresta para manter a qualidade da água, redução da erosão e os deslizamentos, além de ajudar na polinização. Usa o relato de um agricultor que foi prejudicado em sua lavoura pelo desequilíbrio ecológico, para enfatizar a necessidade de preservação ambiental. A jornalista é cautelosa a fim de preservar vozes e ações contrárias. Entretanto, o espaço para essa contradição é diminuto, considerando-se o espaço total da reportagem. Assim não se quebra a monologia do discurso que está a enfatizar, sobretudo, a premência da revisão do Código Florestal. A voz do contraditório ocupa um espaço muito pequeno na matéria. Essa estratégia discursiva constrói certa perspectiva democrática par ao discurso hegemônico.

5.8 O discurso dos ruralistas

Aqui também não há sujeito concretizado e pessoalizado. Há um discurso mais genérico de classe produtora. No entanto, esse discurso favorável à revisão do Código é balizado pelo discurso do deputado e de três instituições: a ONU, a Confederação Nacional da Agricultura e a Embrapa. Os ruralistas são apresentados como grandes produtores cuja produção mobilizará o planeta, evitando o crescimento da fome no mundo e no planeta. Aqui a mecânica discursiva da reportagem atinge o seu maior objetivo, ou seja, veio da pequena propriedade no sul do Brasil e atinge grandes fazendas que salvarão o mundo com sua produtividade. Os ruralistas são heróis da narrativa jornalista também. Note-se, como já ressaltado, que não são denominados de latifundiários. Esse vocábulo é evitado visto sua vinculação ao MST e à luta camponesa. Entretanto, embora haja essa missão para o mundo, emerge no discurso ruralista a questão dos ganhos econômicos e financeiros.

5.9A representação da tecnologia

As soluções tecnológicas, na maior parte do texto, estão disseminadas pelas falas agregadas ao discurso da jornalista, mas também se apresentam distribuídas no interior

de uma síntese que a jornalista faz do Código e do projeto de lei do deputado, contrastando os dois. Algumas vezes tecnologia e trabalho estão associados. A associação pode ocorrer no caso dos pequenos colonos ao demonstrar que a maneira como plantam e produzem é já secular, obedecendo a uma tecnologia herdada que ainda é pertinente e eficaz. Essa tecnologia é tradicional na região e o Código poderá alterá-la. É um saber local, herdado e praticado nas pequenas fazendas. Está vinculado à vida e ao trabalho na terra, adquirindo inclusive um nível moral e ético à medida que o colono relatado afirma que “trabalha e dorme tranquilo”, pois não se vê na ilegalidade. Aqui a tecnologia é algo comunitário, carregada de valor moral, tradição e ética. Faz parte de uma comunidade e vai sendo passada de pai para filho. Essa tecnologia, no entanto, é responsável pela economia de parte da região, levando o produto para as prateleiras dos supermercados e também gerando postos de trabalho fora das famílias proprietárias. Essa tecnologia, no entanto, não é descrita ou detalhada, ficando mais no âmbito de uma certa tradição em que o cultivo das videiras é feito do mesmo modo há séculos. O leitor do texto não tem acesso a outras formas alternativas de plantio que poderiam ocorrer sem desobedecer ao Código Florestal.

Já quando se refere aos ruralistas, detentores de grandes propriedades, a tecnologia surge como salvacionista uma vez que poderá aumentar a produtividade, diminuindo a fome planetária. Essa tecnologia é balizada pelo discurso científico-acadêmico do pesquisador da USP e da Embrapa. A tecnologia é uma ferramenta na mão dos ruralistas e do Brasil. A nação, com suas terras e sua tecnologia da terra, diminui a fome no mundo. Além disso, a diminuição da produção agrícola também desempregaria, segundo o texto, ou seja, menos tecnologia e desenvolvimento, menos trabalho. Aqui também não se explicita nenhuma forma específica de tecnologia que pudesse produzir mais em menos terra. O discurso foca-se mais no âmbito de missão dos ruralistas e do Brasil em diminuir a fome no Planeta.

No tocante ao contraste entre o Código e a proposta de alteração do mesmo, surge sobretudo, a questão da tecnologia do reflorestamento. Aqui, o discurso se complica, pois Aldo Rebelo defende o reflorestamento com o uso de espécies exóticas, contrapondo-se ao código que prevê espécies nativas. Essa complicação se dá em decorrência do discurso nacionalista do Deputado que é neutralizado à medida que opta por espécies não nativas. Isso também se complica, pois o deputado prevê como saída tecnológica o uso de espécies de alto valor econômico (eucaliptos) em detrimento das nativas, reforçando o caráter

venal, distanciando-se de um nacionalismo em que a preservação da biodiversidade local deveria ser o alvo. A tecnologia aqui é carregada de valor econômico e instrumental no sentido de maximizar os lucros do setor produtivo agrícola. O discurso da jornalista parece que se esquece da matriz nacionalista do discurso do Deputado, destacando, sobremaneira, a questão da produtividade e de seu correlato, o lucro. Aldo Rebelo propõe também a regionalização da lei, ou seja, cada estado desenvolve a agricultura com as tecnologias que lhe aprouver. Isso se afasta de qualquer projeto nacionalista visto que para se ter um Estado forte, há que se apostar em união e centralização. Ressalte-se que no texto, as soluções tecnológicas apresentadas pelo projeto do Deputado são apresentadas em cor vermelha, tendo forte destaque no conjunto discursivo. O receptor tende a memorizar mais o texto em destaque. Há aí um forte apelo didático e imagético do texto que procura formar opinião em seu receptor. O discurso não é só constituído de signos verbais, mas também imagéticos, favorecendo a visão monológica já mencionada.

Percebemos que as soluções tecnológicas apresentadas no texto são frágeis. Parece servirem apenas aos propósitos do texto, ou seja, que é o de questionar o mérito do Código Florestal e incentivar o leitor a aderir ao projeto do Deputado de alteração e revisão do Código. Apresenta-se, como vimos, ora associadas à comunidade de longa data, adquirindo valor de tradição, ora advinda da instituição acadêmica, sendo balizada pelo discurso e pelas pesquisas ditas científicas, ora servindo a interesses mercantis. Ainda se apresenta como salvacionista e messiânica à medida que coloca a nação como produtora de alimentos para o planeta. Entretanto, o que se percebe é que nenhuma tecnologia foi introduzida de modo didático, científico e entendível do ponto de vista técnico para a solução real do problema, ou seja, produzir mais em menos terra. O discurso não se preocupa em detalhar certas técnicas ou saberes científicos que poderiam impactar menos o meio ambiente e maximizar a produção. O discurso, em torno da tecnologia, não se constrói, mirando uma certa objetividade científica. Aparece sempre de modo muito superficial, sem a tecnologia ser detalhada. A tecnologia é chamada para o interior do discurso, mas não adquire nenhuma concretude. Vaga pelo discurso dispersa, aparecendo aqui e ali, sem, contudo, adquirir uma precisão mínima. Parece apenas um discurso, sem referente, servindo para modernizar a reportagem e afirmar que novas tecnologias podem ser empregadas para maximizar a produção, mas não se tem nenhuma ideia mais objetiva do que sejam e como vão ser operacionalizadas. Aqui sim, podemos

afirmar que o discurso sobre a tecnologia roda no vazio, sem intentar nomear algo, ou seja, é postiço, superficial e serve para apenas dar um ar de modernidade à reportagem.

6 Considerações finais

Percebemos que a análise nos leva a assegurar que a matéria em tela é construída de forma monológica, defendendo uma ideia central, ou seja, a revisão do Código Florestal, mediante o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo. Nada tem a ver com perspectiva polifônica. É construída, no entanto de forma dialógica, ou seja, em interação com os discursos que circulam, respondendo a eles e enquadrando-os. Os discursos contra a ideia central são enquadrados de forma negativa e os a favor de forma positiva. Os discursos também obedecem a questões de poder e competência, pois são agregados pelo *status* que tem na sociedade ou pela tradição de longa duração que agenciam. Os discursos ora tem autoria concreta, ora não, dependendo de sua intencionalidade em relação, sobretudo, ao receptor do discurso a fim de provocar mais identificação e intimidade. As soluções tecnológicas são apresentadas, mas de modo vago e impreciso, como que atualizando e modernizando o discurso de modo superficial e frágil. Nenhuma tecnologia é apresentada de modo técnico e preciso. As tecnologias aparecem para reforçar a ideia central da matéria, ou seja, a defesa do projeto de lei. Assim, tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade ocorrem no texto, mas de forma monológica. Não há o debate real, a dúvida, o contraditório ou a apresentação de soluções mais abrangentes e eficazes. Várias vozes adentram a matéria, mas seguem um único propósito, ou seja, a vontade de verdade do autor da matéria. Essa vontade, no entanto, é a defesa de projeto de lei que foi vetado pela presidente Dilma Roussef recentemente. A mandatária, com certeza, escutou mais vozes que apelaram contra o projeto e decidiu por vetá-lo. A voz autoral poderia ter sido mais polifônica e agregado algumas dessas vozes, mas não o fez. A realidade é pluridiscursiva, como assevera Bakhtin, e essa pluridiscursividade não consegue ser abafada. Os discursos e a ação política contra o projeto que circularam nas ruas e nos meios de comunicação do país, ou seja, na ideologia do cotidiano, como assevera Bakhtin e o círculo russo de estudos da linguagem, com certeza, pesaram na decisão da mandatária quando ela optou pelo veto.

Referências

BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiéski**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1981.
- DAGNINO, R. Mais além da participação pública na ciência: buscando uma reorientação dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade em Ibero-américa. **CTS+I Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, n. 7, set./dez., 2006. Disponível em: <http://www.oie.es/revistactsi/numero7/articulo02.htm> Acesso em: 19 jan. 2010.
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Textos das Edições Sociais. São Paulo. 1977.
- ÉPOCA Revista**. Disponível em:
<<http://www.aner.org.br/aner/solucoes/busca.asp?t=Época>> Acesso em: 11 nov. 2011.
- FEENBERG, A. **A filosofia da tecnologia numa encruzilhada**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. <http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/1999>.
- _____. **questioning technology**. Londres: Routledge, 1999.
- _____. **Heidegger and Marcuse**. Londres: Routledge, 2005.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 20 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologias**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 2009.
- HEIDEGGER, M. **The questioning concerning technology**. New York: Harper, 1977.
- _____. **Serenidade**. Trad. Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa: Instituto
- JONAS, H. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Tradução do original alemão Marijane Lisboa, Luiz Marros Montez. – Rio de Janeiro. Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra - 1. Técnica e linguagem**. Lisboa Edições 70. 1964, Cap. V, pp. 147-168.
- LUKÁCS, G. **The ontology of social being: Labour**. Londres: Merlin Press, 1980.
- MACLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- NASCIMENTO, P. C. **Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete**. São Paulo: Annablume, 2002.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.